

O ENTENDIMENTO DO STF SOBRE O ALCANCE DA LEI BRASILEIRA DE ANISTIA

RENATA MECEDO LEITE, JOÃO HENRIQUE DE LIMA SILVA, MARIA ISABEL DA SILVA, ROBSON GOMES, ANA ELISA
LINHARES DE MENESES BRAGA

A Lei Brasileira de Anistia surge no cenário Nacional enquanto uma tentativa de apaziguar ânimos e conflitos pertencentes aquela época, trazendo consigo a ideia de perdão e um conseqüente esquecimento dos acontecimentos das décadas de 60 e 70, auge da Ditadura Militar Brasileira. A Lei de Anistia atua sob muitos aspectos, debruçando-se no contexto político, social e econômico que marcaram a sociedade no período Ditatorial. Porém esta se apresenta enquanto tendenciosa, deixando muitas lacunas em seu texto, e não prever questões de grande importância, que beneficiariam de os indivíduos que deveriam ser punidos diante da justiça com mais rigidez, em virtude dos atos cometidos e conseqüências destes. O Supremo Tribunal Federal - STF, a corte superior é responsável pela defesa da Constituição, realiza a atividade de interpretar as ações que versam sobre a Lei de Anistia, a sua efetivação e falhas. Através da análise de processos sobre os crimes cometidos ao tempo da Ditadura o STF profere suas decisões no sentido de promover justiça as vítimas desse regime e os seus familiares. Faz-se necessário, que haja uma análise a cerca da elucidação desses processos, o resultado das sentenças e forma com que o posicionamento da Corte vem atendendo as vítimas da Ditadura de forma geral e à toda a comunidade que enquanto cidadãos aguarda que a justiça seja feita através dos processos instaurados e do posicionamento do Tribunal Federal. Para o desenvolvimento desta pesquisa faz-se necessário analisar os processos que versão sobre o tema sob a seara penal, cível e administrativa. Objetivando apresentar os resultados da análise à comunidade acadêmica a cerca do posicionamento dos tribunais em face dos crimes praticados no período da Ditadura Militar. A metodologia do presente trabalho está pautada na análise bibliográfica e consultas processuais, utilizando-se de uma abordagem teórica, quantitativa, qualitativa e dedutiva sobre o presente tema.

PALAVRAS-CHAVE: LEI DE ANISTIA, DITADURA MILITAR, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÀREA TEMÁTICA: DIREITO

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL